



## **PARECER JURÍDICO 172/2024**

**EMENTA:** Solicitação de Parecer Jurídico pela Comissão de Licitação referente ao recurso administrativo – pregão eletrônico nº 36/2025 – recorrente: Goulart Engenharia Ltda – Recorrida: Bruna Carolina Jachinski Ltda.

### **I. RELATÓRIO**

Trata-se de Parecer Jurídico solicitado pela Comissão de Licitação em face do Recurso Administrativo interposto pela empresa Goulart Engenharia Ltda., no âmbito do Pregão Eletrônico nº 36/2025, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de engenharia.

Na sessão pública, a empresa Bruna Carolina Jachinski Ltda apresentou proposta com menor valor. Contudo, recorrente contesta a exequibilidade da proposta apresentada pela empresa vencedora, sob o argumento de que os valores ofertados estariam muito abaixo do valor de referência (R\$ 0,44 por m<sup>2</sup>, frente ao referencial de R\$ 2,46/m<sup>2</sup>), e que a planilha de custos indicaria inconsistências que comprometem a viabilidade da execução contratual.

A empresa vencedora apresentou contrarrazões, sustentando a legalidade e exequibilidade de sua proposta, com base em documentação e esclarecimentos fornecidos à Comissão de Licitação, nos termos da Lei nº 14.133/

Diante disso, encaminhou-se comunicação interna à Procuradoria Jurídica para que fosse emitido parecer.

**Em apertada síntese, é o relatório.**



## **II DO PARECER**

O exame aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos, da análise do requerimento e apontamentos em conformidade com dispositivos legais.

O artigo 59 da Lei 14.133/2021 dispõe das hipóteses de desclassificação das propostas. É a redação do supracitado artigo, *in litteris*:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

Ainda, no Art. 59, o parágrafo 4º esclarece que no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, sendo este um indicador de possível inexequibilidade, e não um critério automático de desclassificação.

A Administração Pública, ao identificar esse indício, deve, obrigatoriamente, oportunizar ao licitante a comprovação da viabilidade econômica de sua proposta, conforme § 2º do mesmo artigo. No presente caso, isso foi feito de forma regular, com a solicitação da Planilha de Exequibilidade à empresa recorrida.

Sobre a aferição da inexequibilidade, dispõe o Acórdão 287/2008 Plenário TCU que:

A compreensão, no que se refere à inexequibilidade, deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. Não é objetivo do Estado espoliar o particular, tampouco imiscuir-se em decisões de ordem estratégica ou econômica das empresas. Por outro lado, cabe ao próprio interessado a decisão acerca do preço mínimo que ele pode suportar. Assim, o procedimento para aferição de inexequibilidade de preço definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços. Isso porque sempre haverá a possibilidade de o licitante



comprovar sua capacidade de bem executar os preços propostos, atendendo satisfatoriamente o interesse da administração. Nessas circunstâncias, caberá à Administração examinar a viabilidade dos preços propostos tão somente como forma de assegurar a satisfação do interesse público, que é o bem tutelado pelo procedimento licitatório.

Assim, estende-se tal interpretação ao parâmetro de exequibilidade estabelecido no art. 59, inciso V, § 4º, da Lei nº 14.133/2021. Do mesmo modo, reafirma o Acórdão 1248/2009 do Plenário TCU que o juízo de inexequibilidade de uma proposta não é absoluto, mas admite demonstração em contrário.

No mesmo sentido, a doutrina apresenta mesmo entendimento, o jurista Marçal Justen Filho leciona:

“Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto.” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14o Ed, São Paulo: Dialética, 2010, p. 660).

Ao solicitar a comprovação da exequibilidade, a empresa Bruna Carolina Jachinski Ltda apresentou Planilha detalhada de formação de custos; Orçamento de fornecedor; Declaração formal sobre a forma de remuneração da responsável técnica (sócia única); e, Simulação tributária.

Prosseguindo nessa análise, ao apresentar, tempestivamente, os documentos solicitados, a empresa expressa a garantia da execução total do objeto contratado, pelo valor proposto por ela, verifica-se que a licitante sustenta a proposta apresentada, no preço oferecido. Visando assegurar o objetivo de cada certame, que é a seleção da proposta mais vantajosa, uma eventual desclassificação sumária, importaria no aumento do valor a ser contratado.

### **III. CONCLUSÕES**

Diante do exposto, conforme fundamentado acima e atenta aos princípios que norteiam os processos licitatórios, em especial o princípio da



**MUNICÍPIO DE NOVA  
ESPERANÇA DO SUDOESTE**  
Estado do Paraná



legalidade, da isonomia, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da economicidade, este departamento jurídico opina pelo indeferimento do recurso administrativo interposto por Goulart Engenharia Ltda, com a consequente manutenção da habilitação e adjudicação da proposta à empresa Bruna Carolina Jachinski Ltda, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Edital do certame.

É o parecer.

Nova Esperança do Sudoeste/PR, 04 de agosto de 2025.

Juliana Mara Nespolo  
Procuradora Jurídica  
Portaria nº 058/2023